

Introdução [à Crítica da Economia Política]¹

I — Produção, Consumo, Distribuição, Troca (Circulação)

1. Produção

a) O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção material*. Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida. O caçador e o pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum — como se afigura aos historiadores da Civilização —, uma simples reação contra os excessos de requinte e um retono mal compreendido a uma vida natural. Do mesmo modo, o *contrat social* de Rousseau, que relaciona e liga sujeitos independentes por natureza, por meio de um contrato, tampouco repousa sobre tal naturalismo. Essa é a aparência, aparência puramente estética, das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, de uma antecipação da “sociedade” (*bürgerlichen Gesellschaft*), que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII — produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI — como um ideal, que teria

¹ Com essa *Introdução*, Marx inicia seus apontamentos econômicos dos anos de 1857/58, que foram publicados em conjunto em 1939, em Moscou, sob o título de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*.

Foi descoberta em 1902 entre os manuscritos deixados por Marx, e publicada pela primeira vez por Kautsky, na revista *Die Neue Zeit* em 1903. É a essa *Introdução* que Marx faz alusão em seu prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*. O título “*Introdução à Crítica da Economia Política*” não é do seu próprio autor, mas refere-se ao nome com que foi publicada pela primeira vez e que se tornou tradicional. O texto não foi preparado para a publicação e Marx se refere a ele como um esboço (veja o referido prefácio). O caráter inacabado é mais visível na parte final, onde Marx alinha os temas que pretendia desenvolver futuramente. As palavras entre colchetes se referem a inclusões não constantes do manuscrito, acrescentadas para a compreensão do texto. As palavras entre parênteses, ou são do próprio Marx, ou são traduções para o português de expressões estrangeiras que aparecem no texto original. (N. do T.)

existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme à natureza — dentro da representação que tinham de natureza humana —, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. Essa ilusão tem sido partilhada por todas as novas épocas, até o presente. Steuart, que em muitos aspectos se opõe ao século XVIII e que na sua condição de aristocrata se situa mais sobre o terreno histórico, escapou dessa ingenuidade.

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*,² não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade — uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade — é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si. É inútil deter-se mais tempo sobre isso. Nem sequer seria necessário tocar nesse ponto se essa banalidade que teve sentido e razão entre os homens do século XVIII não fosse seriamente reintroduzida na mais moderna Economia por Bastiat, Carey, Proudhon etc. Para Proudhon e alguns outros, parece, por certo, agradável deduzir a origem de uma relação econômica, cuja gênese histórica ignoram, de uma maneira histórico-filosófica, que lhes permite o recurso à mitologia, e dizer que as idéias surgiram de modo acabado na mente de Adão ou Prometeu, e postas em uso. Nada é mais aborrecedor e árido do que o *locus communis* (lugar-comum) disfarçado.

Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema. Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou esse elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que as diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fa-

² *Zoon politikon* (ser social, animal social). ARISTÓTELES. *De Republica*. Livro Primeiro. Cap. 2. (N. da Ed. Alemã.)

to de que o sujeito — a humanidade — e o objeto — a natureza — são os mesmos. Esse esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo. Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; seja esse instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o “instrumento de produção” “trabalho acumulado” em capital. Assim toda a história das relações de produção aparece em Carey, por exemplo, como uma falsificação instigada maliciosamente pelos governos.

Se não existe uma produção em geral, também não pode haver produção geral. A produção é sempre um ramo *particular* da produção — por exemplo, a agricultura, a pecuária, a manufatura etc. —, ou ela é *totalidade*. Mas a Economia Política não é tecnologia. Será preciso desenvolver em outro lugar (mais tarde) a relação entre as determinações gerais da produção, num dado grau social, e as formas particulares da produção.

Finalmente a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção. Também não é este ainda o lugar adequado para tratar da relação que existe entre a apresentação científica e o movimento real. [Temos que distinguir] entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção.

Está na moda entre os economistas começar por uma parte geral, precisamente a que figura sob o título de “Produção” (veja-se, por exemplo, J. Stuart Mill), onde são tratadas as *condições gerais* de toda produção. Esta parte consiste, ou pretende-se que consista, em:

1 — nas condições sem as quais a produção não é possível, o que de fato se reduz somente à indicação dos momentos essenciais de toda produção. Limita-se, com efeito, como veremos, a certo número de determinações muito simples, repetidas em vulgares tautologias;

2 — nas condições que dão maior ou menor intensidade à produção, como por exemplo, em Adam Smith, o estado progressivo ou estagnado da sociedade. Para dar um caráter científico àquilo que, na sua obra, vale como esboço, seria necessário estudar os períodos dos diversos *graus de produtividade* no decurso do desenvolvimento dos diferentes povos — estudo que ultrapassa os limites propriamente ditos do nosso tema, mas que, na medida em que nele se enquadra, será exposto na parte referente à concorrência, à acumulação etc. Formulada de uma maneira geral, a resposta conduz à generalidade de que um povo atinge o apogeu de sua produção no momento em que alcança em geral seu apogeu histórico. Efetivamente, um povo se encontra em seu apogeu industrial enquanto o principal para ele não seja o ganho, mas o processo de ganhar. Nesse sentido, os ianques superam os ingleses. Ou também isto: certas raças, certas disposições, certos climas e certas condições naturais, tais como estar ao lado do mar, a fertilidade do solo etc., são mais favoráveis do que outras para a produção. O que conduz, de novo, à tautologia de que a riqueza se produz com tanta maior facilidade conforme seus elementos, subjetiva e objetivamente, existam em maior proporção.

Mas isso ainda não é tudo o que, efetivamente, preocupa os economistas nesta parte geral. Trata-se, antes, de representar a produção — veja por exemplo Mill — diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da História; e nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações

burguesas como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstracto*. Essa é a finalidade mais ou menos consciente de todo o procedimento. Na distribuição, ao contrário, os homens permitir-se-iam, de fato, toda classe de arbitrariedade. Abstraindo a brutal disjunção da produção e da distribuição, e de sua relação efetiva, é de todo evidente, à primeira vista, que por diversificada que possa ser a distribuição nos diferentes graus da sociedade, deve ser possível tanto nesta como na produção buscar determinações comuns, do mesmo modo que é possível confundir e extinguir todas as diferenças históricas em leis *geralmente humanas*. O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos uma quantia de alimentos que lhes permite existirem como escravo, servo, operário assalariado. Enquanto vivem, o conquistador de tributo, o funcionário de impostos, o proprietário fundiário da renda, o frade de esmolas, e o levita dos dízimos, todos recebem uma cota da produção social, cota que é determinada por leis distintas da dos escravos etc. Os dois pontos principais, que todos os economistas colocam sob essa rubrica, são: 1 — a propriedade; 2 — a proteção desta pela Justiça, pela polícia etc. A isto deve-se responder brevemente:

Ad 1 — Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é tautologia dizer que a propriedade [apropriação] é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada da propriedade, a propriedade privada, por exemplo (o que, além disso, pressupõe uma forma antitética, a *não-propriedade*, como condição). A história nos mostra, ao contrário, a propriedade comum (entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas etc., por exemplo) como a forma primitiva, forma que, todavia, desempenhou durante muito tempo importante papel sob a figura de propriedade comunal. Nem se trata ainda de colocar a questão se a riqueza se desenvolve melhor sob esta ou sob outra forma de propriedade. Dizer, porém, que não se pode falar de produção, nem portanto de sociedade onde não exista propriedade, é uma tautologia. Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto* (contradição nos termos);

Ad 2 — Salvaguarda dos bens adquiridos etc. Quando se reduzem estas trivialidades a seu conteúdo efetivo, expressam mais do que seus pregadores sabem, isto é, cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito da força, por exemplo. Esquecem apenas que o direito da força é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive ainda sob outra forma em seu "Estado de Direito".

Quando as condições sociais, que correspondem a um grau determinado da produção, se encontram em vias de formação ou quando já estão em vias de desaparecer, sobrevêm naturalmente perturbações na produção, embora em graus distintos e com efeitos diferentes.

Em resumo: existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais; mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção.

2. A relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo

Antes de aprofundar a análise da produção, é necessário considerar as diferentes rubricas que os economistas põem a seu lado.

A idéia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se [produzem, moldam] dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção dos produtos de que o indivíduo participa; a troca fornece-lhe os produtos particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição; finalmente no consumo, os produtos³ convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual. A produção cria os objetos que correspondem às necessidades (*Bedürfnissen*); a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute. A produção aparece assim como o ponto inicial; o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como o meio-termo, que é assim dúplice, já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no [consumo],⁴ a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente.

A distribuição determina a proporção [a quantia] de produtos que correspondem ao indivíduo; a troca determina os produtos nos quais o indivíduo reclama a parte que a distribuição lhe atribui.

Produção, distribuição, troca, consumo, formam assim [segundo a doutrina dos economistas], um silogismo correto: produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão. Há, sem dúvida, nele, um encadeamento, mas é superficial. A produção [segundo os economistas] é determinada por leis naturais gerais; a distribuição, pela contingência social, podendo, pois, influir mais ou menos favoravelmente sobre a produção; a troca acha-se situada entre ambas como movimento social formal; e o ato final do consumo, concebido não somente como o ponto final, mas também como a própria finalidade, se encontra propriamente fora da Economia, salvo quando retroage sobre o ponto inicial, fazendo com que todo o processo recomece.

Os adversários dos economistas — estejam eles dentro ou fora desse domínio e que reprovam a bárbara separação do que se encontra unido — situam-se no mesmo terreno que aqueles ou mais abaixo ainda. Não há nada mais banal que a censura, feita aos economistas, de que consideram a produção de modo demasiado exclusivista, como um fim em si, [alegando] que a distribuição tem a mesma importância. Essa reprovação se baseia precisamente na representação econômica de que a distribuição é uma esfera independente, autônoma, que existe ao lado da produção. Também [se lhes censura] não conceberem os [diferentes] momentos em sua unidade. Como se essa cisão não tivesse passado da realidade aos livros, caído dos livros para a realidade, e como se aqui se tratasse de uma compensação dialética dos conceitos, e não da resolução⁵ de relações reais.

a) [Produção e Consumo]

A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e

³No manuscrito, "produção" em lugar de "consumo". (N. da Ed. Alemã.)

⁴No manuscrito, "pessoa" em lugar de "consumo". (N. da Ed. Alemã.)

⁵Resolução: no texto que utilizamos para esta tradução (*Marx-Engels Werke*. v. 13, p. 621), bem como na edição de Kautsky, a palavra é *Aufloesung* (dissolução). M. Husson (Paris, Éditions Sociales, 1972, p. 155) leu *Auffassung* (concepção). Mantivemos a versão mencionada, já que Marx pretende mostrar aqui exatamente que o fato de os economistas dissociarem a produção da distribuição não provém de uma forma de conceber esses processos, mas uma dissociação real dos mesmos. (N. do T.)

Do lado da produção, pode-se dizer:

1 — que ela fornece os materiais, o objeto. Um consumo sem objeto não é consumo. Assim, pois, a produção cria o consumo nesse sentido;

2 — mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Determina também seu caráter, dá-lhe seu acabamento (*finish*). Do mesmo modo que o consumo dava ao produto seu acabamento, agora é a produção que dá o acabamento do consumo. *Em primeiro lugar*, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de uma certa maneira, esta por sua vez mediada pela própria produção. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor;

3 — a produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo se liberta da sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato — e não o fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estágio de primitiva rudeza —, o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. A necessidade que sente desse objeto é criada pela percepção do mesmo. O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.

A produção engendra, portanto, o consumo: 1 — fornecendo-lhe o material; 2 — determinando o modo de consumo; 3 — gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois, o objeto do consumo, o impulso do consumo. De igual modo, o consumo engendra a disposição do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante.

As identidades entre o consumo e a produção aparecem, pois, de um modo triplo:

1 — *identidade imediata*: a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. Os economistas chamam a ambos de consumo produtivo, mas estabelecem ainda uma diferença: a primeira, figura como reprodução; o segundo, como consumo produtivo. Todas as investigações sobre a primeira se referem ao trabalho produtivo e improdutivo; sob o segundo, ao consumo produtivo e não produtivo;

2 — ambos aparecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime como sua dependência recíproca; é um movimento pelo qual se relacionam entre si e se apresentam como reciprocamente indispensáveis; mas permanecem, entretanto, exteriores entre si. A produção cria o material para o consumo como objeto exterior; o consumo cria a necessidade como objeto interno, como finalidade da produção. Sem produção não há consumo; sem consumo não existe produção; essa proposição figura na Economia sob numerosas formas;

3 — a produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente, a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido em que cada um dá ao outro seu objeto, a produção — o objeto exterior do consumo, o consumo — o objeto idealizado da produção. De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro: cada um, ao realizar-se, cria o outro. É o consumo que realiza plenamente o ato da produção ao dar ao produto seu caráter acabado de produto, ao dissolvê-lo consumindo a forma de coisa independente que ele reveste, ao elevar à destreza pela necessidade de repetição, a disposição desenvolvida no primeiro ato da produção; ele não é somente o ato último pelo

qual o produto se torna produto, mas também o ato pelo qual o produto se torna produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo ao criar o modo determinado do consumo, e o estímulo para o consumo, a própria capacidade de consumo sob a forma de necessidade. Esta última identidade mencionada no parágrafo 3 é muito discutida pela Economia a propósito da relação da oferta e da procura, dos objetos e das necessidades, das necessidades criadas pela sociedade e das necessidades naturais.

Depois disso, nada mais simples para um hegeliano que colocar como idênticos a produção e o consumo. E é isso o que têm feito, não somente os literatos socialistas,⁶ mas também os economistas prosaicos, como Say, por exemplo, da seguinte forma: se se considerar um povo e até a humanidade *in abstracto*, sua produção é seu consumo. Storch demonstrara o erro de Say notando que um povo não consome seu produto líquido, mas também cria meios de produção, capital fixo etc. Além disso, considerar a sociedade como um único sujeito é considerá-la falsamente — *especulativamente*. Em um sujeito, produzir e consumir aparecem como momentos de um ato. O importante nessa questão é salientar que, se se consideram a produção e o consumo como atividades de um só sujeito, ou de indivíduos isolados, surgem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por conseguinte, também o momento que predomina. O consumo como carência e necessidade é, ele mesmo, um momento interno da atividade *produtiva*, mas esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu momento preponderante, o ato em que se desenrola de novo todo o processo. O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo. Desse modo, o consumo aparece como um momento da produção.

Mas, na sociedade, o relacionamento do produtor com o produto, assim que este se encontre acabado, é puramente exterior e o retorno do produto ao sujeito depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Também a apropriação imediata do produto não é sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a *distribuição*, a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se, portanto, entre a produção e o consumo.

Mas constituirá a distribuição uma esfera autônoma, marginal e exterior à produção?

b) [Produção e Distribuição]

O que nos deve surpreender, em primeiro lugar, quando não considerados os tratados correntes de Economia, é que tudo neles é colocado duplamente: na distribuição, por exemplo, figuram a renda da terra, o salário, o juro e o lucro, enquanto que na produção, a terra, o trabalho, o capital, figuram como agentes da produção. No que concerne ao capital, é evidente que desde o primeiro momento ele é estabelecido de uma dupla maneira: primeiro, como agente de produção; segundo, como fonte de receitas: como forma de distribuição determinada e determinante. Por conseguinte, juro e lucro figuram também, como tais, na produção, na medida em que são formas nas quais o capital aumenta, cresce na medida em que são fatores de sua própria produção. Juros e lucros, enquanto formas de distribuição, supõem o capital considerado como agente da produção. São modos de distri-

⁶ “Literatos socialistas” — é sobretudo ao “verdadeiro” socialista Karl Grün, a quem se dirige essa referência. Suas teses sobre a relação entre a produção e o consumo são criticadas por Marx em *A Ideologia Alemã*. (N. da Ed. Alemã.)

buição que têm por postulado o capital como agente da produção. São igualmente modos de reprodução do capital.

De igual modo o salário é o trabalho assalariado [que os economistas consideram] sob uma outra rubrica; o caráter determinado do agente de produção, que o trabalho possui nesse caso aparece como determinação da distribuição. Se o trabalho não fosse definido como trabalho assalariado, o modo segundo o qual participa na repartição dos produtos não assumiria a forma de salário: é o que acontece, por exemplo, com a escravidão. Finalmente, a renda da terra, para considerar agora a forma mais desenvolvida da distribuição pela qual a propriedade fundiária participa na repartição dos produtos, supõe a grande propriedade fundiária (a bem dizer, a grande agricultura) como agente de produção, e não pura e simplesmente a terra, tal como o salário não supõe o trabalho puro e simples. Por isso, as relações e os modos de distribuição aparecem apenas como o inverso dos agentes de produção. Um indivíduo que participe na produção por meio do trabalho assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção, na forma do salário. A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição. Não passa de ilusão incluir a terra na produção, a renda da terra na distribuição etc.

Economistas como Ricardo, a quem muitas vezes se acusou de só terem em vista a produção, definiram no entanto a distribuição como o objeto exclusivo da Economia, porque instintivamente viam nas formas de distribuição a expressão mais definida em que se estabelecem agentes de produção numa dada sociedade.

Em relação ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social, que condiciona sua posição no interior da produção, no quadro da qual ele produz e que precede portanto à produção. Originariamente, o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser constrangido ao trabalho assalariado é um resultado da existência do capital e da propriedade fundiária com os agentes de produção autônomos.

Considerando as sociedades na sua totalidade, a distribuição, de um outro ponto de vista, parece preceder à produção e determiná-la — a bem dizer como um fato pré-econômico. Um povo conquistador partilha a terra entre os conquistadores, impondo assim uma certa repartição e uma certa forma de propriedade de terra. Determina, portanto, a produção. Ou então escraviza os povos conquistados, fazendo assim do trabalho escravo a base da produção. Ou ainda, por meio de uma revolução, um povo destrói a grande propriedade fundiária e divide-a em parcelas; dá assim, com essa nova distribuição, um novo caráter [à produção]. Ou a legislação perpetua a propriedade fundiária em certas famílias; ou faz do trabalho um privilégio hereditário, imprimindo-lhe desse modo um caráter de casta. Em todos esses casos — e todos são históricos —, a distribuição não parece ser articulada e determinada pela produção, mas, pelo contrário, é a produção que parece sê-lo pela distribuição.

Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determina-

das.) A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado dessa distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta essa distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por essa distribuição que constitui, na origem, um fator da produção. Ricardo, a quem interessava conceber a produção moderna na sua articulação social determinada, e que é o economista da produção por excelência, afirma mesmo assim que não é a produção, mas sim a distribuição que constitui o tema propriamente dito da Economia moderna. Aqui ressurgue novamente o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto proscrevem a História ao domínio da distribuição.

A questão de saber qual é a relação dessa distribuição com a produção que determina é evidentemente do domínio da própria produção. Se se dissesse, então, pelo menos — uma vez que a produção depende de certa distribuição dos instrumentos de produção — que a distribuição nesse sentido precede à produção, é pressuposta por ela, deve-se replicar que, de fato, a produção tem condições e pressupostos que constituem os seus momentos. Pode parecer, a princípio, que estas têm uma origem espontânea. Pelo próprio processo de produção convertem-se de fatores espontâneos em fatores históricos e se, em relação a um período, aparecem como pressuposição natural à produção, em relação a outro constituem seu resultado histórico. No interior da produção são constantemente transformados. O emprego da máquina, por exemplo, modifica a distribuição dos instrumentos de produção tanto como dos produtos, e até a grande propriedade fundiária moderna é resultado tanto do moderno comércio como da indústria moderna, como também da aplicação desta à agricultura.

Todas as questões tratadas acima se reduzem, pois, em última instância, a saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a relação desta com o movimento histórico em geral. A questão evidentemente pertence à discussão e à análise da própria produção.

Contudo, na forma trivial em que acabam de ser expostas, podem ser acomodadas facilmente. Todas as conquistas comportam três possibilidades. O povo conquistador submete o povo conquistado a seu próprio modo de produção (os ingleses, por exemplo, na Irlanda, neste século, e em parte na Índia); ou então deixa subsistir o antigo modo e contenta-se com um tributo (os turcos e os romanos, por exemplo); ou então estabelece-se uma ação recíproca que produz algo novo, uma síntese (isso ocorreu em parte nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do povo conquistado, seja o que procede da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece. Embora esta surja como uma condição prévia para o novo período de produção, ela própria é um produto da produção, não somente da produção histórica em geral, mas da produção histórica determinada.

Os mongóis, em suas devastações na Rússia, por exemplo, agiam de conformidade com a sua produção, que não exigia senão o pasto, para o qual as grandes extensões dos países despovoados constituem uma condição capital. Os bárbaros germânicos, para os quais a agricultura praticada pelos servos era a produção tradicional e que estavam acostumados à vida solitária no campo, puderam com muito maior facilidade submeter as províncias romanas a essas condições, quando a concentração da propriedade da terra, que nelas havia se operado, transformara já por completo os antigos sistemas de agricultura.

É uma noção tradicional esta que imagina que se tem vivido em certos períodos unicamente de pilhagens. Mas, para poder saquear, é necessário que exista al-

go que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção. Não se pode saquear uma *stock jobbing nation* (nação de especuladores da bolsa) da mesma maneira que uma nação de vaqueiros.

Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento da produção. Mas também é preciso que a produção do país, para o qual tenha sido roubado, se encontre articulada de maneira que permita o trabalho escravo, ou (como na América do Sul etc.) é necessário que se crie um modo de produção que corresponda ao escravo.

As leis podem perpetuar um instrumento de produção, a terra, por exemplo, em certas famílias. Essas leis adquirem uma importância econômica unicamente onde a grande propriedade territorial se encontra em harmonia com a produção social, como na Inglaterra. Na França, praticava-se a pequena agricultura a despeito da grande propriedade; por isso esta última foi destroçada pela Revolução. Mas se as leis perpetuam o parcelamento? Apesar dessas leis, a propriedade volta a concentrar-se. A influência das leis para fixar as relações de distribuição e, portanto, sua ação sobre a produção, devem ser determinadas separadamente.

c) *Finalmente Troca e Circulação*

A própria circulação é somente um momento determinado da troca, ou ainda, é a troca considerada em sua totalidade.

Na medida em que a troca é momento mediador entre a produção e a distribuição determinada por ela e o consumo, na medida em que, entretanto, este último aparece como momento da produção, a troca é também manifestamente incluída como um momento na produção.

Em primeiro lugar, parece claro que a troca de atividades e capacidades, que se efetua na própria produção, pertence diretamente a esta e a constitui essencialmente. Em segundo lugar, isso é certo em relação à troca de produtos, na medida em que é o meio que serve para criar o produto acabado, destinado ao consumo imediato. Dentro desses limites, a própria troca é um ato compreendido na produção. Em terceiro lugar, a assim chamada troca (*exchange*) entre negociantes (*dealers*) é, segundo sua organização, tão completamente determinada pela produção que é uma atividade produtiva. A troca aparece como independente junto à produção e indiferente em relação a ela, na última etapa, quando o produto é trocado, de imediato, para o consumo. Mas, primeiro, não existe troca sem divisão de trabalho, quer natural, quer como resultado histórico; segundo, a troca privada supõe a produção privada; terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção; por exemplo: a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade etc. A troca aparece, assim, em todos os seus momentos diretamente compreendida na produção ou por ela determinada.

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante, compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como *relações determinadas desses diferentes fatores entre*

si. A produção, sem dúvida, *em sua forma unilateral*, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente.

Se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se também a produção; com a concentração do capital, ocorre uma distribuição diferente da população na cidade e no campo etc. Enfim, as necessidades do consumo determinam a produção. Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico.

3. O método da Economia Política

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo: enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econô-

mica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação *unilateral*, abstrata de um todo vivo e concreto já dado.

Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo um modo de ser antediluviano. Para a consciência — e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo, e o mundo concebido é como tal o único efetivo. Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo — que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior —, cujo resultado é o mundo, e isso é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política], o sujeito — a sociedade — deve figurar sempre na representação como pressuposição.

No entanto, essas categorias simples não possuem também uma existência independente histórica ou natural anterior às categorias mais concretas? *Ça dépend* (Depende). Hegel, por exemplo, começa corretamente sua *Filosofia do Direito* com a *posse* como a mais simples relação jurídica do sujeito. Todavia, não existe posse anterior à família e às relações de senhor e servo, que são relações muito mais concretas ainda. Ao contrário, seria justo dizer que existem famílias, tribos, que se limitam a *possuir*, mas não têm *propriedade*. A categoria mais simples aparece, pois, como relação de comunidades mais simples de famílias ou tribos, em comparação com a propriedade. Na sociedade mais desenvolvida aparece como a relação mais simples de um organismo mais desenvolvido, mas é sempre pressuposto o substrato mais concreto, cuja relação é a posse. Pode-se imaginar um selvagem isolado possuindo coisas. Mas nesse caso a posse não é uma relação jurídica.

Não é correto que a posse evolui historicamente até a família. A posse sempre pressupõe essa “categoria jurídica mais concreta”. Entretanto, restaria sempre o seguinte: as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada. O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os Bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo.

De outro lado, pode-se dizer que há formas de sociedades muito desenvolvidas, embora historicamente não tenham atingido ainda sua maturidade, nas quais se encontram as formas mais elevadas da Economia, tais como a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, sem que exista nelas o dinheiro; o Peru é um

exemplo. Também nas comunidades eslavas, o dinheiro e a troca, que o condiciona, desempenham um papel insignificante ou nulo, mas aparecem em suas fronteiras, nas suas relações com as outras comunidades. É, pois, um erro situar o intercâmbio no interior das comunidades como elemento que as constitui originariamente. A princípio surge antes nas relações recíprocas entre as distintas comunidades, que nas relações entre os membros de uma mesma e única comunidade.

Além disso, embora o dinheiro tenha, muito cedo e por toda parte, desempenhado um papel, não assume papel de elemento dominante na Antiguidade, senão de modo unilateral e em determinadas nações — as nações comerciais. E mesmo na Antiguidade mais culta, entre os gregos e os romanos, não atinge seu completo desenvolvimento, que se pressupõe existir na moderna sociedade burguesa, a não ser no período de sua dissolução. Essa categoria, que é no entanto bem simples, só aparece portanto historicamente com todo o seu vigor nos Estados mais desenvolvidos da sociedade. E o dinheiro não entrava de modo nenhum em todas as relações econômicas; assim, no Império Romano, na época de seu perfeito desenvolvimento, permaneceram como fundamentais o imposto e as entregas em produtos. O sistema do dinheiro, propriamente dito, encontrava-se completamente desenvolvido apenas no exército, e jamais atingiu a totalidade do trabalho. De modo que, embora a categoria mais simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, intensivo e extensivo, a formas complexas de sociedade, enquanto que a categoria mais concreta já se achava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos avançada.

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho nesse sentido geral — como trabalho em geral — é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o “trabalho” é uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram essa abstração. Por exemplo, o sistema monetário situa a riqueza de forma ainda mais objetiva, como coisa exterior a si, no dinheiro. Desse ponto de vista, houve um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial colocou a fonte da riqueza não nesse objeto, mas na atividade subjetiva — no trabalho comercial e manufatureiro. Contudo concebia apenas essa atividade, limitadamente, como produto de dinheiro. Face a esse sistema, o sistema dos fisiocratas admite uma forma determinada de trabalho — a agricultura — como criadora de riqueza, e admite o próprio objeto não sob a forma dissimulada do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado geral do trabalho. Esse produto, em virtude do caráter limitado da atividade, continua a ser ainda um produto determinado pela natureza, produto da agricultura, o produto da terra *par excellence* (por excelência).

Um enorme progresso se deve a Adam Smith, que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas essas formas de trabalho. Com a generalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, igualmente se manifesta então a generalidade do objeto determinador da riqueza, o produto em absoluto, ou ainda, o trabalho em geral, mas enquanto trabalho passado, trabalho objetivado. A dificuldade e importância dessa transição provam o fato de que o próprio Adam Smith torna a cair de quando em quando no sistema fisiocrático. Poderia parecer agora que, desse modo, se teria encontrado unicamente a relação abstrata mais simples e mais antiga em que entram os homens em qualquer forma de sociedade — enquanto são produtores. Isso é certo em um sentido. Mas não em outro.

A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde

existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Esse estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa — nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna. Poder-se-ia dizer que essa indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho, que se apresenta nos Estados Unidos como produto histórico, se manifesta na Rússia, por exemplo, como uma disposição natural. Mas, por um lado, que diferença danada entre bárbaros que têm uma tendência natural para se deixar empregar em todos os trabalhos, e os civilizados que se empregam a si próprios. E, por outro lado, a essa indiferença para um trabalho determinado corresponde, na prática, entre os russos, a sua sujeição tradicional a um trabalho bem determinado, do qual só influências exteriores podem arrancá-los.

Esse exemplo mostra de maneira muito clara como até as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas.

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los.

Como, além disso, a própria sociedade burguesa é apenas uma forma opositiva do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas quando completamente atrofiadas, ou mesmo disfarçadas; por exemplo, a propriedade comunal. Se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [o caráter de] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isso senão *cum grano salis*.⁷ Po-

⁷ *Cum grano salis* (com um grão de sal). Tradução da edição de *Marx-Engels Werke*: “em sentido bem determinado”. N. do T.)

dem ser desenvolvidas, atrofiadas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas. O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas — concebe-os sempre sob um aspecto unilateral. A religião cristã só pôde ajudar a compreender objetivamente as mitologias anteriores depois de ter feito, até certo grau, por assim dizer *dynamei*, a sua própria crítica. Igualmente, a Economia burguesa só conseguiu compreender as sociedades feudal, antiga, oriental, quando começou a autocrítica da sociedade burguesa. Na medida em que a Economia burguesa, criando uma nova mitologia, não se identificou pura e simplesmente com o passado, a crítica que fez às sociedades anteriores, em particular, à sociedade feudal, contra a qual tinha ainda que lutar diretamente, assemelhou-se à crítica do paganismo feita pelo cristianismo, ou à do catolicismo feita pela religião protestante.

Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, nesse caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem portanto formas de modos de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por conseguinte, essa sociedade de maneira nenhuma se inicia, *inclusive do ponto de vista científico*, somente a partir do momento em que se trata dela *como tal*. Isso deve ser fixado porque dá imediatamente uma direção decisiva às seções que precisam ser estabelecidas. Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade — à agricultura. Ora, nada seria mais errado. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser.

Consideremos, por exemplo, os povos pastores (os simples povos caçadores ou pescadores não chegaram ao ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento). Neles existe certa forma esporádica de lavoura. A propriedade de terra encontra-se determinada por ela. Essa propriedade é comum e conserva mais ou menos essa forma, conforme aqueles povos se aferrem mais ou menos a suas tradições; por exemplo, a propriedade comunal dos eslavos. Onde predomina a agricultura, praticada por povos estabelecidos — e isso já constituiu um grande progresso —, como na sociedade antiga e feudal, mesmo a indústria, com sua organização e formas da propriedade que lhe correspondem, tem em maior ou menor medida um caráter específico de propriedade rural. A [sociedade] ou bem está marcada inteiramente por esse caráter, como entre os antigos romanos, ou a organização da cidade imita, como na Idade Média, a organização do campo. O próprio capital — enquanto não seja simples capital-dinheiro — possui na Idade Média, como instrumento tradicional, por exemplo, esse caráter de propriedade fundiária.

Na sociedade burguesa acontece o contrário. A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramos da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda da terra. Em todas as formas em que domina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é ainda preponderante. Naquelas em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreen-

de-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca.

Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão “na idéia” (Proudhon) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.

A pureza (determinidade abstrata) com que aparecem no mundo antigo os povos comerciantes — fenícios, cartagineses — é dada pela própria predominância dos povos agricultores. O capital, enquanto capital comercial ou capital de dinheiro, aparece precisamente sob essa forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. Lombardos e judeus ocupam a mesma situação diante das sociedades medievais que praticam a agricultura.

Outro exemplo de situação diferente ocupada por essas mesmas categorias em diferentes estádios da sociedade: uma das últimas formas da sociedade burguesa são as *joint-stock-companies* (sociedades por ações). Mas aparecem também no princípio da sociedade burguesa nas grandes companhias privilegiadas de comércio, que gozavam de um monopólio.

O próprio conceito de riqueza nacional se insinua entre os economistas do século XVII — a representação subsiste ainda em parte nos do século XVIII — desta forma: a riqueza é criada unicamente para o Estado, e o poder deste mede-se por essa riqueza. Esta era a forma ainda inconscientemente hipócrita em que a riqueza anuncia sua própria produção com a finalidade dos Estados modernos, considerados a partir de então unicamente como meio para a produção da riqueza.

As seções a adotar devem evidentemente ser as seguintes: 1 — as determinações abstratas gerais, que convêm portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas consideradas no sentido acima discutido; 2 — as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. Os seus relacionamentos recíprocos. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O sistema de crédito (privado); 3 — síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado no seu relacionamento consigo próprio. As classes “improdutivas”. Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A imigração; 4 — relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. A cotação do câmbio; 5 — o mercado mundial e as crises.

4. Produção. Meios de produção e relações de produção.

Relações de produção e relações comerciais.

Formas de Estado e de consciência em relação com as relações de produção e de comércio.

Relações jurídicas. Relações familiares.

N.B.: em relação aos pontos que devem ser mencionados aqui e não devem ser esquecidos:

1 — a guerra é desenvolvida antes que a paz: [mostrar] como certas relações

econômicas, tais como o trabalho assalariado, a máquina etc., se desenvolveram mais cedo com a guerra e com os exércitos, do que no seio da sociedade burguesa. Igualmente a relação entre a força produtiva e as relações de comércio particularmente manifesta no exército;

2 — *relação entre a historiografia idealista tal como tem sido escrita até agora e a história real. Nomeadamente as que se intitulam histórias da civilização — a antiga história da religião e dos Estados. (Oportunamente, podemos referir também aos diferentes gêneros de historiografia até o presente. A chamada [historiografia] objetiva. A subjetiva (moral etc.). A Filosófica.);*

3 — *[fenômenos] secundários e terciários. De uma forma geral, relações de produção derivadas, transferidas, não originais. Aqui entram em jogo relações internacionais;*

4 — *críticas a propósito do materialismo dessa concepção. Relação com o materialismo naturalista;*

5 — *dialética dos conceitos: força produtiva (meios de produção) e relações de produção, dialética cujos limites estão por determinar e não suprime as diferenças reais;*

6 — *relação desigual do desenvolvimento da produção material, face à produção artística, por exemplo. De maneira geral, não tomar o conceito de progresso na forma abstrata habitual. Arte moderna etc. Essa desproporção está longe de ser importante e tão difícil de aprender como a que se produz no interior das relações sociais práticas. Por exemplo, a cultura. Relação dos Estados Unidos com a Europa. O ponto propriamente difícil nesse caso é discutir o seguinte: de que modo as relações de produção, como relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual. Assim, por exemplo, a relação entre o direito privado romano (que não é bem o caso do direito criminal e do direito público) e a produção moderna;*

7 — *essa concepção aparece como um desenvolvimento necessário. Mas, justificação do acaso. De que modo. (A liberdade, e também outras coisas.) (Influência dos meios de comunicação. A história universal não existiu sempre; a história considerada como história universal é um resultado.);*

8 — *naturalmente o ponto de partida das determinidades naturais; subjetiva e objetivamente. Tribos, raças etc.*

(...)

Em relação à arte, sabe-se que certas épocas do florescimento artístico não estão de modo algum em conformidade com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, por conseguinte, com o da base material que é, de certo modo, a ossatura da sua organização. Por exemplo, os gregos comparados com os modernos ou ainda Shakespeare. Em relação a certas formas de arte, a epopéia, por exemplo, até mesmo se admite que não poderiam ter sido produzidas na forma clássica em que fizeram época, quando a produção artística se manifesta como tal; que, portanto, no domínio da própria arte, certas de suas figuras importantes só são possíveis num estágio inferior do desenvolvimento artístico. Se esse é o caso em relação aos diferentes gêneros artísticos no interior do domínio da própria arte, é já menos surpreendente que seja igualmente o caso em relação a todo o domínio artístico no desenvolvimento geral da sociedade. A dificuldade reside apenas na maneira geral de apreender essas contradições. Uma vez especificadas, só por isso estão explicadas.

Tomemos, por exemplo, a relação com o nosso tempo, primeiro, da arte grega, depois, da arte de Shakespeare. Sabe-se que a mitologia grega não foi somente arsenal da arte grega, mas também a terra [em que se desenvolveu]. A intuição da natureza e as relações sociais que a imaginação grega inspira e constitui por isso mesmo o fundamento da [mitologia] grega, serão compatíveis com as *selfactors*

(máquinas automáticas de fiar), as estradas de ferro, as locomotivas e o telégrafo elétrico? Quem é Vulcano ao lado de Roberts & Cia., Júpiter em comparação com o pára-raios e Hermes face ao *Crédit Mobilier*? Toda mitologia supera, governa e modela as forças da natureza na imaginação e pela imaginação, portanto, desaparece quando essas forças são dominadas efetivamente. O que seria da Fama ao lado de *Printing House Square*?⁸ A arte grega supõe a mitologia grega, isto é, a elaboração artística mas inconsciente da natureza e das próprias formas sociais pela imaginação popular. É esse o seu material. O que não significa qualquer mitologia, ou seja, qualquer elaboração artística inconsciente da natureza (subentendendo essa palavra tudo o que é objetivo, incluindo, portanto, a sociedade). Jamais a mitologia egípcia teria podido proporcionar o terreno ou o seio materno para a arte grega. Mas de qualquer modo é necessário uma mitologia. Portanto, nunca uma sociedade num estágio de desenvolvimento que exclua qualquer relação mitológica com a natureza, qualquer relação geradora de mitos, exigindo assim do artista uma fantasia independente da mitologia.

De outro ponto de vista, Aquiles será compatível com a pólvora e o chumbo? Ou, em resumo, a *Ilíada* com a imprensa, ou melhor, com a máquina de imprimir. O canto, as lendas épicas, a musa, não desaparecerão necessariamente com a barra do tipógrafo? Não terão deixado de existir as condições necessárias à poesia épica?

Mas a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas do desenvolvimento social. A dificuldade reside no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético e de terem ainda para nós, em certos aspectos, o valor de normas e de modelos inacessíveis.

Um homem não pode voltar a ser criança sem cair na puerilidade. Mas não acha prazer na inocência da criança e, tendo alcançado um nível superior, não deve aspirar ele próprio a reproduzir sua verdade? Em todas as épocas, o seu próprio caráter não revive na verdade natural da natureza infantil? Por que então a infância histórica da humanidade, precisamente naquilo em que atingiu seu mais belo florescimento, por que essa etapa para sempre perdida não há de exercer um eterno encanto? Há crianças mal educadas e crianças precoces. Muitos dos povos da Antiguidade pertencem a essa categoria. Crianças normais foram os gregos. O encanto que a sua arte exerce sobre nós não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que ela se desenvolveu. Pelo contrário, está indissolivelmente ligado ao fato de as condições sociais insuficientemente maduras em que essa arte nasceu, e somente sob as quais poderia nascer, não poderão retornar jamais.

[Escrito de fins de agosto a meados de setembro de 1857.]

⁸ "Printing House Square". Praça em Londres, onde se encontra localizada a redação do *Times*. (N. da Ed. Alemã.)